

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA**

**ANAI ACUNHA PINTO SCHRODER**

**A INSERÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA PARLAMENTAR NO RIO  
GRANDE DO SUL (2018 - 2022)**

**SÃO BORJA - RS**

**2023**

**ANAI ACUNHA PINTO SCHRODER**

**A INSERÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA PARLAMENTAR NO RIO  
GRANDE DO SUL (2018 - 2022)**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Sociais - Ciência Política da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais - Ciência Política.

Orientador: Ronaldo Bernardino Colvero

**SÃO BORJA - RS**

**2023**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

A481o Schroder, Anai Acunha Pinto

A inserção das mulheres na política parlamentar no Rio Grande do Sul (2018 - 2022). – Anai  
Acunha Pinto Schroder.

53 p. : il.

Orientador: Ronaldo Bernardino Colvero

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade

Federal do Pampa, Ciências Sociais - Ciência Política, Campus São Borja, 2023.

1. Literatura. 2. Clássicos literários. 3. Autores brasileiros. I. Jesus, João José Maria de. II.

Título.

**ANAI ACUNHA PINTO SHRODER**

**A INSERÇÃO DAS MULHRES NA POLÍTICA PARLAMENTAR NO RIO GRANDE DO SUL  
(2018 - 2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Ciências Sociais - Ciência Política da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais - Ciência Política.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 20 de julho de 2023.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

Orientador

UNIPAMPA

---

Profa. Dra. Jaqueline Carvalho Quadrado

UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Edson Romario Monteiro Paniagua

## UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **RONALDO BERNARDINO COLVERO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 17/08/2023, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **EDSON ROMARIO MONTEIRO PANIAGUA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 21/08/2023, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JAQUELINE CARVALHO QUADRADO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 21/08/2023, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1216913** e o código CRC **9D2A8D6C**.

“As grandes ideias surgem da observação dos pequenos detalhes”

- Augusto Cury

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal dissertar sobre a representação da mulher dentro do âmbito político. Para solucionar os objetivos deste estudo, faz-se um percurso histórico para compreender sobre o gênero feminino e os direitos conquistados ao longo dos séculos. Deste modo, o estudo tem o embasamento teórico nos textos de Ortner (2012), Coelho e Baptista (2009), Novaes Marques (2004), Miranda (2013) e Limong, Oliveira e Schmitt (2018). Os principais conceitos discutidos neste trabalho são: Direitos das Mulheres, Gênero, Política, Militância e Representação. Como metodologia deste estudo, foram utilizadas duas, sendo elas, a pesquisa bibliográfica (LAKATOS, 2007) e a entrevista em profundidade (DUARTE, 2005). Para a realização da entrevista, realizou-se um diálogo com parlamentar do estado do Rio Grande do Sul. De maneira geral, o trabalho possibilita que possam ser realizadas novas descobertas com relação às representações que estão presentes na política parlamentar, assim como, entender sobre o cenário desigualdade de gênero em diferentes setores da sociedade.

Palavras-Chave: Direitos Femininos; Gênero; Política; Representação.

## ABSTRACT

The main objective of this work is to discuss the representation of women within the political sphere. To solve the objectives of this study, a historical journey is made to understand the female gender and the rights conquered over the centuries. Thus, the study is theoretically based on the texts of Ortner (2012), Coelho and Baptista (2009), Novaes Marques (2004), Miranda (2013) and Limong, Oliveira and Schmitt (2018). The main concepts discussed in this work are: Women's Rights, Gender, Politics, Militancy and Representation. As a methodology of this study, two were used, namely, the bibliographic research (LAKATOS, 2007) and the in-depth interview (DUARTE, 2005). For the interview, a dialogue is made with candidates from the state of Rio Grande do Sul. In general, the work makes it possible to make new discoveries regarding the representations that are present in parliamentary politics, as well as to understand the scenario of gender inequality in different sectors of society.

Keywords: Women's right; Gender; Policy; Representation.



**LISTA DE FIGURAS**

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 – Número de candidatos eleitos por gênero (1990-2014) | 30 |
|--|----|

**LISTA DE SIGLAS**

PP - Partido Progressista

PPS - Partido Popular Socialista

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>   | <b>10</b> |
| <b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>                            | <b>12</b> |
| <b>3 DIREITOS DAS MULHERES NO BRASIL: APONTAMENTOS INICIAIS</b> | <b>15</b> |
| <b>4 MULHER E PODER: UM ATO DE RESISTÊNCIA</b>                  | <b>22</b> |
| <b>5 MILITÂNCIA COMO FORMA DE INSERÇÃO NO ESPECTRO POLÍTICO</b> | <b>26</b> |
| <b>6 REPRESENTATIVIDADE E PODER LEGISLATIVO NO RS</b>           | <b>29</b> |
| <b>7 ANÁLISE DOS RESULTADOS</b>                                 | <b>34</b> |
| <b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                   | <b>37</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b>  | <b>39</b> |
| <b>APÊNDICE A</b>   | <b>41</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O papel da mulher na sociedade é demarcado através de inúmeros marcos na história da humanidade, dentre eles, a Primeira Guerra Mundial. Segundo (COLVERO; JOVINO; SEVERO, 2015, p. 57) foi onde houve a primeira incorporação em massa da mulher no trabalho industrial, cerca de 750 mil mulheres assumiram postos na indústria a fim de suprir a falta de mão de obra masculina no território europeu. Esse período de conflito, ocorrido na metade do século XIX, proporcionou o surgimento do movimento feminista, o qual possibilitou participação ascendente da mulher no espectro socioeconômico.

Décadas adiante, em meados do século XX, a participação feminina na política consolidou-se no Brasil em 15 de Junho de 1965 através do direito ao voto pontua-se novamente um marco para a história feminina na sociedade. Assim, diferentes conquistas foram sendo construídas de forma que possibilitaram a inserção das mulheres em diversos espaços sociais e políticos, como os parlamentos, tribunais e casas legislativas.

A presença e participação das mulheres na política ganhou relevância no momento da construção de possibilidades e deliberações sobre o poder democrático das mulheres, principalmente nos espaços de decisões políticas. Além de compreender as suas distinções e heterogeneidade no desenvolvimento de suas ações, na política institucional.

Para este estudo, é importante conhecer melhor as regiões, pois a partir delas que teremos uma análise mais aprofundada sobre as questões que permeiam a política feminina. Desse modo, é necessário pensar na participação local das mulheres, diante das diferenças significativas a partir de cada uma das trajetórias partidárias. Até mesmo uma reflexão sobre cotas, incorporada em uma perspectiva mais sistemática e institucional. Nesse contexto é indispensável a ideia de disputa para garantia de espaço, com boas probabilidades de eleição.

Como **objetivo geral**, visamos dissertar sobre a representação da mulher no âmbito político. Tal premissa, é dividida em: **a.** investigar sobre a inserção das mulheres no espaço político particular; **b.** compreender os aspectos da militância política feminina; **c.** discutir sobre os direitos femininos. Representação no dicionário online de português, é o efeito de representar, com clareza. Ação de expor a escrita ou oralmente, de exhibir, exposição. Conceito, ideia ou imagem que criamos do mundo ou de alguma coisa. Etimologia (origem da palavra representação), a palavra representação deriva do latim “representationonos”, que significa representação, imagem, retrato.

De forma a tentar solucionar os objetivos propostos, o trabalho divide-se em cinco capítulos teóricos. No primeiro capítulo de desenvolvimento textual, discorre-se acerca dos

procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho. Assim, apresenta-se as teorias acerca da pesquisa bibliográfica (LAKATOS, 2007) e da entrevista em profundidade (MARCONI; LAKATOS, 2017; DUARTE, 2005).

No capítulo 3, apresentam-se as discussões históricas sobre a presença do sujeito feminino na sociedade e a história dos direitos das mulheres no Brasil. No que tange aos direitos, foram apresentadas às lutas para conquistar liberdade de estudar (COELHO; BAPTISTA, 2009), divorciar (NOVAES MARQUES, 2004; MIRANDA, 2013) e votar (LIMONGI; OLIVEIRA; SCHMITT, 2018).

O quarto capítulo deste trabalho consiste em apresentar as principais referências femininas na história de luta em prol da igualdade de gênero. Assim, trazem-se Carlota Pereira de Queiroz e Bertha Maria Júlia Lutz, conhecidas como as primeiras reivindicadoras dos direitos femininos.

No quinto capítulo, traz-se as contribuições sobre a militância enquanto forma de inserção no meio político. Neste, discute-se sobre os conceitos de militância (BLAY, 2003), gênero (SCOTT, 1989; MEYER, 2004) e política (DIAS, 2012).

A seguir, é feito o mapeamento da representatividade feminina na política gaúcha, portanto, é apresentada a fundamentação teórica sobre representação (CHARTIER; BOURDIEU, 2006). O capítulo também apresenta as estatísticas sobre a mulher na política, por meio dos autores Colvero, Jovino e Severo (2015).

Por fim, é feita a aplicação da entrevista em profundidade com a informante que foi candidata às eleições em Capão da Canoa. Por meio da metodologia, é possível compreender uma das óticas sobre a inserção feminina na política do Rio Grande do Sul.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para maiores compreensões, este capítulo visa fazer a descrição dos procedimentos metodológicos presentes nesta pesquisa. Desta maneira, o percurso é dividido em dois momentos, sendo eles: a. Pesquisa bibliográfica; b. Entrevista em profundidade.

### 2.1 Pesquisa Bibliográfica

Como primeira metodologia aplicada neste trabalho, a fundamentação teórica deste estudo será de natureza histórica e de cunho bibliográfico, com a apresentação de autores que tratam sobre quatro temas centrais: **1.** Direito Feminino; **2.** Mulher, empoderamento e resistência; **3.** Militância; **4.** Atuação feminina na política.

De acordo com Lakatos (2007), configura-se como a metodologia que dá embasamento teórico para os estudos e sustentação para as informações apresentadas sobre determinado tema de pesquisa.

Sua finalidade é colocar a pesquisa em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas (MARCONI; LAKATOS 2007, p. 185).

De tal modo, os materiais bibliográficos podem estar presentes em documentos oficiais como publicações impressas e/ou digitais, livros, revistas, boletins, jornais, artigos científicos, teses. O método pode dispor de recursos presentes nos meios de comunicação também, como transcrições orais, de gravações e diversos formatos audiovisuais.

No sentido deste trabalho, utilizaram materiais bibliográficos disponíveis na biblioteca da Universidade Federal do Pampa - campus São Borja, como livros e capítulos de livros. Tal qual, artigos científicos, livros e dissertações disponíveis no Google Scholar<sup>1</sup> (2023).

Para a elaboração da pesquisa será usado o método dedutivo, partindo de premissas, portanto, como todo argumento dedutivo, reformula ou enuncia de modo explícito a informação. Corresponde aos princípios e proposições gerais ou universais, chega-se a conclusões menos universais ou particulares.

De acordo com Salmon (1978, p. 30-31), os métodos dedutivos e indutivos se distinguem em argumentos, o argumento dedutivo tem o propósito de explicar o conteúdo das premissas, ele também normalmente se contrasta com o método indutivo (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 91-92).

---

<sup>1</sup> GOOGLE Scholar. 2023. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/schhp?hl=pt-BR&as\\_sdt=0.5](https://scholar.google.com.br/schhp?hl=pt-BR&as_sdt=0.5). Acesso em: 25 maio. 2023.

Do ponto de vista dos objetivos, esta pesquisa classifica-se como exploratória, pois a esta pesquisa consiste em investigações, de pesquisa empírica cujo objetivo é as formulações do problema, com a tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno. Os procedimentos são sistemáticos para obter melhor observação empírica ou análises de dados, obtendo descrições quantitativas e qualitativas do objeto estudado, podendo assim o pesquisador conceituar as inter-relações sobre a propriedades dos fenômenos observados (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 189-190-195).

Dentro deste estudo-exploratório, o objetivo é descrever por completo os fenômenos, como os estudos de caso empíricos e teóricos e com consequências, que retratam sobre a inserção das mulheres na política parlamentar. Ademais, serão apresentadas estatísticas e informações em amostragens acerca da temática discutida.

## **2.2 Entrevista em profundidade**

Em momento posterior às buscas bibliográficas e embasamentos teóricos, será feita uma análise bibliográfica e pesquisa de campo, com aplicação da técnica e entrevista em profundidade.

Conforme Marconi e Lakatos (2007, p. 197), tal método define-se enquanto um encontro de duas pessoas, com a finalidade de relatar informações a respeito de um assunto em específico, diante da conversação da natureza profissional.

Este procedimento geralmente é utilizado na investigação social, para coleta de dados e/ou para ajudar no diagnóstico e tratamento de um problema social. Segundo Goode e Hatt (1969, p. 237): “a entrevista consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de certo ato social como a conversação”.

Conforme Duarte (2005), há três formatos de questões em entrevista: 1. aberta (não-estruturadas), semi-aberta (semi-estruturadas) e fechada (estruturadas). Neste estudo, optou-se pela formulação de questões semi-abertas e fechadas.

Além disso, o método segue a modalidade não dirigida, da qual há liberdade total por parte do entrevistado, que poderá expressar suas opiniões e sentimentos de forma espontânea. Entende-se como função do entrevistador: incentivar e levar o informante ou entrevistado a discutir sobre um determinado assunto, de forma natural e sem forçá-lo a responder as questões (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 199).

Diante disso, considera-se a importância, o entrevistador ter noções para conduzir a metodologia e trazer um ambiente confortável, para assim, extrair do entrevistado as informações necessárias para iniciar ou concluir um estudo.

No cenário deste trabalho, nota-se que a relevância da entrevista vai tratar em obter percepções sobre a inserção das mulheres na política parlamentar no Rio Grande do Sul durante o período entre 2018 e 2022. Assim, as questões formuladas buscam compreender as perspectivas das candidatas sobre a política e o feminino enquanto pertencente às esferas políticas.

No total, foram formuladas trinta e nove (39) questões com o objetivo de coletar informações sobre a trajetória das entrevistas antes e depois da inserção no meio político. Deste modo, as perguntas permitiam que a política trouxesse diferentes visões e relatos sobre o mesmo assunto. Para a seleção das informantes, contatou-se três candidatas ao cargo de política.

A primeira entrevistada é uma candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) e disputou ao cargo de Deputada Estadual do estado do Rio Grande do Sul nas eleições de 2022. A segunda foi candidata ao cargo de Deputada Federal pelo partido PODE no período de 2022. Já a terceira entrevistada, é vereadora do município de Canoas/RS, e nas eleições de 2022, disputou pelo cargo de Deputada Federal, filiada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Para a aplicação da entrevista, fez-se o contato com as três informantes selecionadas. No entanto, a primeira e segunda informante não responderam e não deram retorno sobre o referido assunto proposto. Desse modo, foi possível realizar a entrevista com a candidata do Partido Democrático Trabalhista. Portanto, fazem-se análises com base nestas respostas, para assim, traçar discussões sobre a inserção das mulheres na política parlamentar.



### **3 DIREITOS DAS MULHERES NO BRASIL: APONTAMENTOS INICIAIS**

Ao tratar sobre a inserção das mulheres na política parlamentar no estado do Rio Grande do Sul, é necessário, inicialmente, retomar discussões como a mulher enquanto sujeito político e os direitos femininos para conviver em sociedade. Dessa maneira, é feito um apanhado histórico para compreender o cenário e as condições que eram impostas para as mulheres, principalmente no Brasil.

Para a discussão, uma das bibliografias utilizadas é a de Ortner (2012), intitulada “A mulher, a cultura e a sociedade”, que encarrega de discutir sobre a presença feminina na sociedade. De acordo com Ortner (2012, p. 96), “neste artigo tento expor a lógica subjacente do pensamento cultural que assume a inferioridade feminina [...] mas também tento mostrar as fontes sociais e culturais da lógica”.

Quando se fala do sujeito feminino enquanto um ser político, é importante ressaltar que cada cultura e/ou sociedade, aplica uma representação ou aplicação para as ideologias e ideais. Assim, não há uma verdade absoluta, mas papéis de gênero que cada sociedade construiu.

Uma das concepções que se vê sobre o feminino, é sobre o papel atribuído para as mulheres de cuidar da família, da casa, dos filhos, do marido. Estas ações, por muito tempo, foram consideradas como uma forma de feminilidade incontestável. Assim, não se cogitava a contribuição e participação feminina nos espaços de trabalho.

Assim, com a inviabilidade da participação feminina nos espaços de trabalho, também demoraram séculos para cogitar a presença da mulher enquanto um indivíduo independente e político. Com o passar do tempo, a sociedade, através de movimentos contra hegemônicos, foi conquistando, aos poucos, direitos em favor das mulheres.

A seguir, serão apresentados alguns dados históricos que fizeram parte das lutas femininas pela presença na política.

#### **3.1 O direito de estudar: a presença feminina nas universidades**

Para refletir sobre as lutas políticas femininas, utiliza-se o texto de Coelho e Baptista (2009), intitulado “A História da Inserção Política da Mulher no Brasil: uma Trajetória do Espaço Privado ao Público”. O material bibliográfico faz uma análise histórica do papel feminino na sociedade brasileira.

Tal material traz contribuição direta para a pesquisa, visto que é necessário entender sobre a liberdade e os direitos da mulher e como eles foram se construindo para que o indivíduo feminino pudesse se fazer presente na política.

Conforme Coelho e Baptista (2009), a partir da década de 1870, com a fundação de alguns jornais feministas, foram levantadas pautas como a educação voltada para as mulheres. Por muito tempo, a educação feminina era direcionada apenas para questões como bordar, costurar e os cuidados da casa.

Neste sentido, os jornais da época defendiam que as mulheres tivessem uma educação equivalente à dos homens. Além disso, os veículos de comunicação defendiam que as mulheres pudessem desempenhar outras funções, visto que elas não eram inferiores aos homens (COELHO; BAPTISTA, 2009).

De acordo com Thais Bernardes (2021)<sup>2</sup>, somente no ano de 1827 que as meninas foram liberadas a ingressar nos colégios e estudar para além da escola primária. A permissão ocorreu com base na Lei Geral<sup>3</sup>, que foi promulgada em 15 de outubro do mesmo ano.

As discussões traçadas pelos jornais, na década de 1870, defendiam a educação sob o viés de que as mulheres pudessem se especializar em outras carreiras, pois através do acesso ao ensino, estas, poderiam elevar o seu *status* perante a sociedade, não ficando destinadas apenas à maternidade e aos cuidados da casa (COELHO; BAPTISTA, 2009).

Foi assim, que no ano de 1879, as mulheres conquistaram o direito para estudar em instituições de ensino superior, ou seja, nas faculdades. O acesso à educação, foi um dos principais mecanismos para a emancipação dos direitos femininos, como o poder de voto, divórcio e a individualidade (BERNARDES, 2021).

Por meio da abertura das escolas de nível superior para as mulheres, apareceram algumas contribuições sociais, como oportunidades de estudo no exterior e o acesso feminino às Ciências. Foi apenas no ano de 1887 que a primeira mulher médica se formou (COELHO; BAPTISTA, 2009).

Além disso, os autores trazem mais uma contribuição teórica que está relacionada com a presença das mulheres no ensino superior:

A trajetória anteriormente traçada da inserção das mulheres nos espaços sociais, privados ou públicos, é de grande relevância para a compreensão do papel desempenhado atualmente por elas no cenário político. Nossa história priorizou o domínio do privado como próprio do feminino, mantendo inicialmente as mulheres distantes tanto da discussão como da atuação social e política. Com grande esforço, como demonstrado, alguns espaços públicos foram sendo conquistados, e atuação das mulheres foi decisiva na retomada da democracia após vinte anos da ditadura militar. (COELHO; BAPTISTA, 2009, p. 94).

---

<sup>2</sup> BERNARDES, Thais. As conquistas das mulheres ao longo da história. **Futura**. 2021. Disponível em: <https://www.futura.org.br/as-conquistas-das-mulheres-ao-longo-da-historia/>. Acesso em: 28 maio. 2023.

<sup>3</sup> BRAZIL. **Constituição política do Império do Brasil**, de 25 de março de 1824. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: 28 maio. 2023.

Assim, a partir da educação, as mulheres foram conquistando espaços importantes na sociedade, e aos poucos, ganhando liberdade em diferentes setores de trabalho.

### **3.2 O direito de divorciar: a independência feminina na vida civil**

Para a obtenção da individualidade em setores públicos, privados e a participação enquanto ator político, as mulheres tiveram que enfrentar diferentes obstáculos. Dentre eles, encontra-se a luta pelo direito ao divórcio e a independência das mulheres para tomar decisões e conquistar espaços.

Os direitos femininos para participar de instituições de ensino superior, trabalhar fora de casa, terminar o relacionamento e ir em movimentações políticas era de autoridade do marido. Tal imposição, inclusive, era fundamentada em lei, de acordo com o código civil de 1916, que estabelecia que as mulheres eram relativamente incapazes, e que necessitavam da permissão dos cônjuges para qualquer ato da vida em sociedade.

De acordo com a professora Teresa Cristina de Novaes Marques (2004), no texto intitulado “A mulher casada no Código Civil de 1916. Ou, mais do mesmo”, discute-se sobre os debates parlamentares que dizem respeito às primeiras leis civis do século XX. Dentre essas, discute-se sobre o estado civil das mulheres.

Entre uma das decisões do Código Civil de 1916, encontra-se a seguinte sentença:

No seu esforço de codificação das leis civis, Augusto Teixeira de Freitas distinguiu pessoas capazes de exercer plenamente os direitos das pessoas incapazes, de modo completo e incompleto, de exercê-los. Tomou como exemplo de pessoa cujos direitos civis são incompletos a mulher casada, que deve ser representada, que deve ser representada pelo marido para realizar certos atos, como aceitar heranças. Da mesma forma, para exercer um ofício remunerado, a mulher casada necessitava de autorização expressa do marido, que podia decidir sustá-la a qualquer momento. (NOVAES MARQUES, 2004, p. 132).

Tais restrições dos direitos civis das mulheres casadas sensibilizaram as mulheres nos anos 1920, que dentro de seus congressos, promoviam discussões, debates e pautas sobre o assunto (NOVAES MARQUES, 2004).

De acordo com Miranda (2013), o texto aprovado em 1916, considerando a família e o casamento, definiu as esposas enquanto pessoas jurídicas, sendo politicamente incapazes e o marido como autoridade da família. Dentre as obrigações do homem, estava: proteger, defender e sustentar sua esposa. Desse modo, o casamento garantia a perda de autonomia feminina.

Após muitos esforços de mulheres sufragistas<sup>4</sup>, surgiu, em 1962, a deliberação para as mulheres casadas não precisarem mais da autorização dos maridos para trabalhar.

[...] uma importante lei foi aprovada em 1962. Por ela, foram suprimidos os poderes tutoriais dos maridos sobre as mulheres no que diz respeito à atividade profissional, entre outras inovações e outras suaves perdas [...] Primeiro, as restrições impostas às mulheres não eram meramente simbólicas, uma vez que limitavam o fortalecimento político de escolarizadas mulheres de classe média e impediam trabalhadoras de efetivar seus direitos trabalhistas e sociais. Esses direitos foram concebidos para serem universais, mas eram, de fato, limitados, uma vez que as mulheres casadas não podiam se beneficiar plenamente deles. (MIRANDA, 2013, p. 16)

Na linha de raciocínio à liberdade feminina dentro do casamento, surge o direito ao divórcio, que torna-se uma opção legal no Brasil a partir do ano de 1977. De acordo com Marluce Dias Fagundes (2021), no texto “O defensor das causas das mulheres: os projetos da Lei do Divórcio, de Nelson Carneiro (1951-1977)”, o divórcio pleno foi aprovado no ano de 1977, e o casamento civil passa a ser desfeito.

Um dos principais membros do senado, e aliado da perspectiva divorcista, foi o Senador Nelson Carneiro, que por 26 anos, esteve à frente da ala defensora da pauta sobre o casamento. A proposta de texto, em 1977, consistia da seguinte forma:

Art. 1º § 1º O casamento somente poderá ser dissolvido, nos casos expressos em lei, desde que haja prévia separação judicial por mais de três anos.

Art. 2º A separação, de que trata a nova redação do artigo anterior, poderá ser de fato, devidamente comprovada em juízo, e pelo prazo de cinco anos, se for anterior à data da Emenda (CARNEIRO, 1975, p. 13 *apud* FAGUNDES, 2021, p. 563-564).

Desse modo, a lei favorável ao divórcio, permitiu que as mulheres tivessem liberdade para seguir a própria vida, em momento posterior ao término, não ficando mais a mesma dependente de ter autorização para trabalhar e/ou estudar. Tal qual, as mulheres não sofreriam represálias por se relacionarem com outros homens ou desenvolverem atividades individualizadas.

No próximo subcapítulo, apresenta-se um aspecto mais próximo à inserção das mulheres na política: o movimento sufragista e o direito de mulheres votarem.

### **3.3 O direito de votar: a luta sufragista**

Após traçar discussões acerca da liberdade e direitos femininos em relação ao acesso ao estudo em escolas e instituições de ensino superior, e também o direito ao divórcio, se

---

<sup>4</sup> Indivíduo pertencente ao movimento que reivindica pela participação ativa das mulheres na política.

apresenta neste subcapítulo embasamentos teóricos sobre as lutas sufragistas que deram o poder do voto para as mulheres.

Antes de tratar sobre a participação feminina na política, é necessário dar um passo atrás na história, para assim, compreender, o cenário em que a mulher era imposta. Assim como mencionado anteriormente, por muitos anos, eram os homens que decidiam o destino das mulheres, como a forma de se vestir, lugares para ir, maternidade, e também, o poder democrático mais importante: escolher o político ideal para representar a região.

Por meio de diferentes manifestações políticas que foram se desencadeando no mundo, que começaram a ser cogitadas as primeiras hipóteses da participação feminina na política. Assim, Limongi, Oliveira e Schmitt (2018), contextualizam que o Estado sempre estimulou o homem a votar, no entanto, não ocorreu o mesmo com as mulheres.

Desse modo, a discussão aqui, articula-se com o já tratado no subcapítulo anterior, ao falar sobre o homem enquanto detentor da autoridade na família. Por isso, ficava nas “mãos” dos homens decidir a melhor representação política.

No Decreto nº 21.076, do Código Eleitoral de 1932, “são eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, sem distinção de sexo, segundo o art. 2, mas o voto feminino é definido como voluntário, por meio do Art. 121 (LIMONGI; OLIVEIRA; SCHMITT, 2018). Apesar da deliberação, o direito ao voto não implicava na igualdade de gênero dentro da política.

A afirmação acima se vale, pois o Código de 1932, ainda assegurava aos maridos que mantivessem o poder de decidir se suas esposas saíam de casa para votar ou não. Assim, a discriminação continuaria contra as mulheres, findando com o Código Eleitoral de 1965 (LIMONGI; OLIVEIRA; SCHMITT, 2018).

De acordo com Limongi, Oliveira e Schmitt (2018), a Lei nº 4.737, de 15 de junho de 1965, trouxe a universalização do voto, ou seja, as mulheres eram obrigadas a exercer o poder do voto.

Assim, a partir de movimentos de resistência, como o feminista e sufragista, que surgiu a inserção das mulheres na política. Para tanto, o sufrágio visava, além de garantir o poder do voto, que candidatas femininas estivessem presentes nas eleições. Foi então, no ano de 1997, que por meio da lei Nº 9.504, que se estabeleceu o requisito mínimo de 30% para as candidaturas femininas.

Este foi um passo significativo para que as mulheres continuassem ocupando espaços dos quais deveriam sempre ser de direito. Portanto, a participação das mulheres na política é um assunto necessário para compreender como são representadas no Brasil, assim como em outros países.

No que diz respeito a essas diferentes representações femininas na política, é levado em consideração as características históricas e de inserção dessas mulheres no espaço público.

### **3.4 A participação feminina na política**

Neste subcapítulo é tratado sobre a participação feminina na política, através das semelhanças e diferenças da mulher na Argentina e no Brasil. Desse modo, o primeiro conceito apresentado aqui é o de participação.

Conforme Milbrath (1965), a participação é definida como o conjunto de atividades relacionadas ao momento eleitoral e de gestão, que indica o compromisso, que deve ser contínuo e que engloba atuações como: Expor-se a solicitações políticas, votar, participar de uma discussão política, tentar convencer alguém a votar de determinado modo, usar um distintivo político, fazer contato com funcionários públicos, contribuir com dinheiro a um partido ou candidato, assistir a um comício ou assembleia, dedicar-se a uma campanha política, ser membro ativo de um partido político, participar de reuniões onde se tomam decisões políticas, solicitar contribuições em dinheiro para causas políticas, candidatar-se a um cargo eletivo, ocupar cargos públicos.

A ideia de um continuum de custos e complexidade leva a uma percepção da participação política como um fenômeno unidimensional, ou seja, para Milbrath participar é um ato singular, mesmo que algumas de suas medidas empíricas demonstram o baixo nível de relacionamento entre algumas das variáveis, em especial, entre o “voto” com as mais modalidades de participação (BRADY,1999,p.745).

É importante tratarmos dessa temática, pois até meados da década de 30, a mulher não tinha voz na política e não era lhe concedido cargos públicos. Sendo assim essa pesquisa vai se propor analisar e compreender a participação das mulheres, e de que forma se construiu a política feminina, questionando suas heranças políticas, enfatizando o capital familiar, e os aspectos na militância das mulheres no Brasil assim fazer uma comparação de como vem sendo desenvolvidas as suas ações.

Segundo Leiras (2007), o estímulo de experiência para homens e mulheres, é a fidelidade partidária quem ganha destaque, sobre os aspectos de militância, pois a militância é o envolvimento com atividades partidárias, que remetem práticas e atitudes, trazendo diferenças entre os dois países de maior dedicação ou por excelência a militância no Brasil, do que na Argentina, até porque, no Brasil a expressão ideológica é o que ganha mais força, enfatizando também as diferenças nos aspectos de militância relacionados a movimentos sociais e participação em conselhos.

Desta maneira, a participação da mulher na política é um assunto relevante para compreendermos como as mulheres são representadas no Brasil e também em outros países. Para além da pesquisa, cada uma destas traz consigo diferentes características históricas, desde inspirações próprias até incentivos familiares. No último caso, pensa-se na família como participante do meio político, que ensina e estimula a ingressar no meio partidário em prol de uma causa em específico.

Portanto, em seguida, é apresentado os conceitos de Capital Familiar (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015) e Herança Política, para assim explicar as diferentes inserções femininas na política.

Em um dado momento da história, a inserção feminina na política surgia, assim por dizer, através de uma indicação de algum ator político masculino, como marido, pai ou outro familiar, como uma forma de prestígio àquele que tinha poder de liderança partidária e forte persuasão (ARAÚJO, 2010).

De acordo com Araújo (2010), no Brasil, essa herança aparece mais forte, vindo de esposos, em seguida dos pais, em geral do pai, todos ocupavam cargos no legislativo, executivo ou município. Na Argentina, a herança provém dos pais, algumas das mães, em geral dos pais, em seguida os maridos, com uma referência centrada na militância e não somente nos cargos legislativos ou executivos. Sendo que tal influência familiar pode vir de diferentes situações, talvez uma delas seja a passagem por cargos públicos acelerando a chegada ao parlamento.

Conforme os autores Miguel, Marques e Machado (2015), o Capital Familiar é a convivência cotidiana com transformações políticas, facilitando o acesso aos códigos e as redes de compromissos de lealdade. Assim formando clãs políticos e integrantes que são estimulados a ocupar espaços importantes, sendo relativamente frequente em que um político passa da política Municipal para a Estadual ou dessa para Federal, mobilizando recursos para colocar um filho, um cônjuge ou irmão na disputa de seu lugar vago.

#### **4 MULHER E PODER: UM ATO DE RESISTÊNCIA**

Historicamente, a mulher lutou - e continua lutando -, por seus direitos, desde o século XIX, os direitos civis, políticos, sociais e de igualdade entre os gêneros têm sido discutidos com maior criticidade. A pioneira das reivindicações é Carlota Pereira de Queiroz, a primeira mulher política brasileira. Nascida em São Paulo, e filha de José Pereira de Queiroz e Maria de Azevedo Pereira de Queiroz, Carlota se formou na Escola Normal da Praça da República, na capital paulista.

Em 1920, ingressou na faculdade de Medicina de São Paulo. No ano de 1923, assumiu a Escola Noturna Feminina de São Paulo e ingressou na Faculdade do Rio de Janeiro, com tese focada nos estudos sobre câncer, e que venceu o prêmio Miguel Couto.

No ano de 1932, Carlota envolveu-se na política da Revolução Constitucionalista entre os meses de julho e outubro, que mobilizou São Paulo, contra o governo provisório de Getúlio Vargas. Ao total, foram mobilizadas setecentas mulheres para providenciar assistência aos feridos. O trabalho conferiu prestígio a Carlota, sendo indicada na relação dos vinte e dois candidatos da chapa única por São Paulo Unido, elaborada pela federação dos voluntários.

A atuação de Carlota durante o período de revolução lhe conferiu um lugar na chapa. Em novembro de 1933, foi empossada e participou dos trabalhos constituintes da comissão de Saúde e Educação. A partir dos seus projetos, surgiu a discussão sobre a criação de serviços sociais no país.

O estabelecimento da obrigatoriedade de verbas destinadas à assistência social possibilitou a construção da Casa do Jornaleiro e do Laboratório de Biologia Infantil, anexo ao Serviço de Menores – Eleita Deputada Federal nas eleições de 14 Outubro de 1934 na legenda da constitucionalista de São Paulo, permaneceu na Câmara Federal até a promulgação do Estado Novo e o fechamento do Congresso Nacional em novembro de 1937.

Carlota Pereira de Queiroz, foi médica, política, pedagoga, escritora, e a primeira mulher brasileira a ser eleita Deputada Federal, de São Paulo, trabalhava em defesa dos direitos femininos e das crianças e pelas melhorias educacionais que contemplassem as mulheres (ORÍÁ, 2021).

Para além, foi escritora e historiadora, da qual suas obras de destaque foram: “Um Fazendeiro Paulista no Século XIX” e “Vida e Morte de um Capitão-Mor”. O falecimento da mesma ocorreu no dia 14 de abril de 1989, na cidade de São Paulo (ORÍÁ, 2021).

Outra referência de luta feminina é Bertha Maria Júlia Lutz, conhecida como uma das maiores líderes do feminismo brasileiro, ela é filha de Adolfo Lutz, um pioneiro da Medicina Tropical. Nasceu em São Paulo, mas estudou na Europa, local em que se formou em Biologia



pela Sorbonne. Por conta da vivência europeia, teve contato com campanhas sufragistas inglesas, assim, obteve conhecimento para discutir sobre o direito feminino.

Diante disso, entendeu a importância de lutar pelo poder de voto e de ser votada. Portanto, ajudou na fundação da Liga da Emancipação Intelectual das Mulheres, que ocorreu em 1919, a Federação Brasileira para o progresso feminino em 1922, e a União Universitária Feminina em 1929.

Com foco em melhor lutar pela política e a conquista dos direitos das mulheres, graduou-se em Direito na faculdade de Direito no Rio de Janeiro. Assim, se candidatou na Câmara dos Deputados representando a Liga Eleitoral Independente. Primeiro, obteve a suplência da vaga, posteriormente ocupada em decorrência do falecimento do deputado Cândido Pessoa, no ano de 1936.

No parlamento, ela permaneceu até a implantação do Estado Novo, em novembro de 1937. Sempre lutando pela mudança da legislação, pelo trabalho da mulher, propondo a igualdade salarial, a licença de três meses a gestantes sem prejuízos, e a redução de jornada de trabalho das mulheres (ORÍ, 2021).

Foi representante brasileira em 1944 na Conferência Internacional do Trabalho, realizada na Filadélfia, nos EUA. Sendo assim, premiada como a mulher das Américas em 1951, já no ano seguinte representou o Brasil na Comissão das Nações Unidas criada por sua iniciativa, a de Estatuto da Mulher.

Como militante feminista seu último ato foi em 1975, ano Internacional da Mulher, quando entregou a delegação brasileira à Conferência Mundial da Mulher, sendo realizada no México por iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU). Bertha, foi delegada brasileira na Comissão Internacional de Mulheres. Como concluiu seus estudos superiores no exterior durante a primeira guerra em Paris, assim passou a se preparar para ser auxiliar de seu pai Adolfo Lutz.

No mandato de deputada, ajudou no sustento da bandeira da tribuna da câmara, onde advogou a profilaxia contra o mosquito, o combate à doença, sendo assim uma das primeiras mulheres a ingressarem no serviço público federal, Bertha morreu em 16 de setembro de 1976, aos 82 anos na cidade do Rio de Janeiro.

Com a luz de Costa e Sardenberg (2008), podemos destacar que o movimento feminista possui três momentos históricos neste período, o primeiro foi às reivindicações por direitos democráticos como direito ao voto, divórcio, educação e trabalho no fim do século XIX. O segundo foi à liberação sexual (aumento dos contraceptivos) no início da década de 60. Já a terceira foi marcada pela luta de caráter sindical no final dos anos 70.

O feminismo no Brasil vem assumindo várias formas de luta, diversas bandeiras e diferentes facetas. Já foi sufragista, anarquista, socialista, comunista, burguês e reformista. Já lutou no parlamento, nas ruas e casas para conquistar e garantir o acesso da mulher à educação formal. E vem lutando pela igualdade de salários e condições dignas de trabalho, pela valorização do trabalho doméstico, pelo direito inalienável de todas ao controle sobre o próprio corpo e gozo de nossa sexualidade, enfim, pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a mulher possa realizar-se plenamente enquanto ser humano e cidadã (COSTA e SARDENBERG, 2008, p.32).

A luta pelo espaço na política brasileira iniciou exatamente em 1880, por insistência da dentista Isabel de Mattos Dillon, com a demanda na evocação da lei Saraiva, requerendo seu direito ao voto, sendo que, em 1824 foi promulgado o direito das mulheres ao voto e abatido em menos de um ano, mas o voto só se torna direito nacional em 1932. Segundo Moreira, a Lei Saraiva: Decreto nº3. 029, de 09 janeiro de 1881, foi a lei que instituiu pela primeira vez, o título de eleitor, proibindo o voto de analfabetos e mulheres, adotando eleições diretas para todos os cargos eletivos do império brasileiro. De acordo com a Lei nº 3.029, de janeiro de 1881.

Art. 1º As nomeações dos Senadores e Deputados para a Assembléia geral, membros das Assembléias Legislativas Provinciaes, e quaisquer autoridades electivas, serão feitas por eleições directas, nas quaes tomarão partes todos os cidadãos alistados eleitores de conformidade com esta lei (BRASIL, 1881).

E em 1965 os direitos e obrigações eleitorais se tornam iguais entre homens e mulheres. De acordo com a Lei nº4. 737 de 15 de julho de 1965.

Art. 1º Este Código contém normas destinadas a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos, precipuamente os de votar e ser votado.  
Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá Instruções para sua fiel execução (JULHO, 1965).

Nesse sentido, a participação da mulher na política brasileira, iniciou aproximadamente em 1965, o direito ao voto, mas ainda persistem diversos preconceitos com relação a essa participação da mulher. Ou seja, mesmo que a mulher tenha conquistado um grande espaço na sociedade e na política, ainda há bastante desigualdade de gênero, visto que o homem continua ocupando grande parte dos cargos políticos no cenário brasileiro.

Cabe ressaltar nesse sentido que ao falar em participação política estamos tratando de diversas práticas de participação, ou seja, a participação está diretamente relacionada com eleições, participação em movimentos sociais, partidos políticos e até mesmo em diretórios acadêmicos, entre outros. De acordo com Riscal e Gandini:

A concepção de participação política encontra-se associada a outras formas de participação vinculadas ao processo decisório na esfera política e pode se referir a atividades implementadas por indivíduos ou por grupos organizados, por iniciativa individual e voluntária ou de exigência legal (RISCAL; GANDINI, 2010, p. 5).

Na Argentina, a luta da mulher pelos direitos sociais, ocorreu a partir de um movimento liderado por mulheres argentinas por conta de uma greve dos professores pela falta de pagamento. A mulher tinha uma grande participação no movimento sindical Argentino (1896 – 1899), o principal objetivo deste movimento era ter os mesmos direitos trabalhistas que os homens, pois elas faziam longas jornadas de trabalho e mesmo assim recebiam uma remuneração inferior aos homens. Schwether e Pagliari, destacam que a mulher tem ocupado grandes espaços dentro da sociedade e isso tem causado grandes dificuldades de adaptação para o homem. De acordo com as autoras:

Na Argentina, as mulheres representam 14% das Forças Armadas. A presença feminina no meio militar foi responsável por alterar as dinâmicas internas. Acostumados com a presença exclusiva de militares homens houve dificuldades de adaptação, principalmente, no que tange à forma de tratamento. Afinal, as mulheres foram autorizadas a ocupar postos sem que houvesse planejamento e políticas adequados para recepcioná-las. Diante de tal situação, o comportamento ficou a critério de opiniões individuais (SCHWETHER; PAGLIARI, 2017, p. 5).

Baseado no anteposto, é que compreende-se como percorreu a trajetória da mulher na política, atravessando décadas na luta por seus direitos, dentro deste contexto histórico ela vai deixando sua marca de que esteve presente, desde a vida cotidiana, a liberdade econômica, passando por vários obstáculos até o seu direito a cidadã,” o voto “. Assim desenvolvendo um papel de suma importância na política, tendo que se adaptar pela conquista de cargos masculinos na briga pela igualdade de direitos sociais.

## 5 MILITÂNCIA COMO FORMA DE INSERÇÃO NO ESPECTRO POLÍTICO

A relação da política com a sociedade, passa a agregar a participação das mulheres na política, com um olhar mais individual a cargos públicos ocupados somente por homens, mesmo tendo como garantia os seus direitos, as mulheres passam a ser vistas como uma ameaça quando a questão é a desigualdade de gênero.

É importante observar, que a política pública voltada para proteger direitos das mulheres surgiu a partir de 1985, com o Conselho Nacional de Direito da Mulher. Com isso muitas mulheres tiveram a garantia de direitos sociais e políticos e a inserção de diversos espaços dentro da sociedade, inclusive na política. Blay (2003), aborda como iniciou essa organização de mulheres em busca de direitos iguais.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, feministas de classe média, militantes políticas contra a ditadura militar e intelectuais foram se somando a sindicalistas e trabalhadoras de diferentes setores. Certamente, unia-as uma visão democrática e igualitária dos direitos da mulher que suplantava diferenças partidárias e ideológicas. Formou-se um vasto movimento unido de mulheres, se considerarmos que o inimigo era comum. (É claro que, em contrapartida, o movimento feminino conservador, ligado especialmente à igreja católica e ao movimento militar, também se organizou). Ao movimento feminista se aglutinou uma série de grupos que atuaram cotidianamente a favor dos direitos a melhores condições de vida, pela anistia, pela igualdade de direitos entre homens e mulheres (BLAY, 2003, p. 91).

O que se pretende destacar, é a predominância do machismo nos diferentes segmentos da sociedade, como na família, religião e no ambiente de trabalho. Como principal objetivo do feminismo, visa-se confrontar essa desigualdade de gênero, trazendo assim, equidade de salários, oportunidades e demais direitos. Desse modo, o movimento não se configura como uma competição de mulheres contra homens, mas sim, no combate à desigualdade de gêneros. Scott ainda argumenta que:

No seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico (SCOTT, 1989, p. 3).

O conceito de gênero, está diretamente ligado a questões de “sexo” homem e mulher, ou seja, são indivíduos que possuem escolhas, interesses e comportamentos opostos. Ao

referir-se ao conceito de gênero, está geralmente relacionado com o termo feminino, visto que a origem da palavra advém da necessidade de estabelecer diferenciações biológicas.

As questões de gênero surgiram para definir conceitos entre o homem e a mulher com viés cultural e político. De tal modo, Meyer (2004) destaca que:

Nessa perspectiva, o conceito de gênero remete a todas as formas de construção social, cultural e linguística implicadas com processos que diferenciam mulheres de homens, incluindo aqueles processos que produzem seus corpos, distinguindo-os e nomeando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade. O conceito de gênero privilegia, exatamente, o exame dos processos que instituem essas distinções - biológicas, comportamentais e psíquicas percebidas entre homens e mulheres. E, por isso, ele nos afasta de abordagens que tendem a focalizar subordinações que seriam derivadas do desempenho de papéis, funções e características culturais estritas de mulheres e homens, para aproximar-nos de abordagens que tematizam o social e a cultura, em sentido amplo, como sendo constituídos e atravessados por representações - sempre múltiplas, provisórias e contingentes - de feminino e de masculino e que, ao mesmo tempo, produzem e/ou ressignificam essas representações (MEYER, 2004, p. 15).

Assim, diante da necessidade humana de estipular características femininas e masculinas, são produzidas desigualdades e rótulos (os estereótipos). Assim, a política surge como um contraponto, com a iniciativa de solucionar conflitos, de forma pacífica na sociedade.

Em outras palavras, o conceito de política está relacionado com cidade, público e social. A política está presente de forma permanente no cotidiano, visto que o 'existir' é um ato político. Por exemplo, o ser humano utiliza da política para se relacionar profissionalmente, a partir de seus interesses, ou mesmo nas relações pessoais ou interpessoais.

O termo política está relacionado aos interesses sociais ou interesses de poder individual. Dias (2012), compreende a política como:

A política, também, pode ser vista como um conjunto de interações que visam atingir determinado objetivo, e neste sentido está em toda parte, seja na arte, nos jogos amorosos, nas relações de trabalho, na religião, no esporte etc. Podemos também entender a arte da política como destreza, habilidade, perícia com que se maneja assuntos. Nesse sentido, também, uma questão se torna política quando e na medida em que se transforma em uma questão polêmica (DIAS, 2012, p. 3).

A partir dos conceitos citados acima, percebe-se a importância de se falar em participação política independente de classe social, raça ou gênero. A política está diretamente relacionada com todos dentro de uma sociedade.

Nesse sentido, é necessário reivindicar pelo maior número de mulheres presentes e participantes do meio político, diante da desigualdade de cargos públicos, visto a minoria de mulheres em relação aos homens em espaços como senados, congressos e casas legislativas.

## 6 REPRESENTATIVIDADE E PODER LEGISLATIVO NO RS

Diante das inúmeras revoluções dentro do território rio-grandense, a figura feminina sistematicamente alcançou papel de decisão, não somente na sociedade gaúcha, como também na história do Estado. Por anos a formação da mulher era direcionada ao cuidar dos afazeres domésticos, rezar, aguardando por um noivo, este por sua vez escolhido pelo pai. Era vista com tal importância no lar, que jamais deveria ser esquecida, por sua participação ativa na estrutura familiar, pois os homens com suas bravuras ao deixar seu lar para defender suas fronteiras e seus ideais, ali ficavam grandes mulheres em suas estâncias, trabalhando e assegurando as atividades econômicas do Rio Grande do Sul.

Dentre várias mulheres, algumas ganham destaque por defender algumas fronteiras do Estado, na "Cartilha das Mulheres da Assembleia Legislativa" do Rio Grande do Sul o Bianchini, bombeiro (2022), a Marquesa de Alegrete, D. Francisca de Noronha foi uma heroína, nobre pampeana, que em 14 de Janeiro de 1717, na Batalha de Catalan, caminhou ao lado de seu esposo o Marquês de Alegrete, Luiz Telles de Caminhas e Menezes ajudou a escrever a história das batalhas de Portugal e Espanha, servindo como enfermeira, mãe, e até soldado na demarcação de fronteiras do pago gaúcho.

Dentro desse contexto, se permite a observar tal qual se depara a representação feminina sem limites pelas fronteiras do rio grande. Durante a Revolução Farroupilha a mulher guerreira ficou sendo conhecida por "vivandeira", a "China de soldado", eram mulheres que acompanhavam as tropas em seus deslocamentos, permanecendo nos combates cuidando dos soldados.

A mulher "estancieira", era aquela que permanecia na estância administrando as líderes campeiras e domésticas, tomando conta do lar, dos filhos, das posses e à frente dos negócios do homem ausente, assim rezava pelos vivos e chorava pelos mortos. Outra que por sua vez fez história, que deixa seu nome registrado como mulher farroupilha foi a Ana Maria de Jesus, mais conhecida como Anita Garibaldi, uma mulher ativa em seu tempo, forte de animo e de decisões rápidas, de uma renomada cavaleira, que despertou sentimentos em Giuseppe Garibaldi, quando esteve em Santa Catarina na invasão de laguna pelas tropas farroupilhas, onde tiveram poucos contatos.

Na sequência, Maria Josefa da Fontoura Palmiro, se destaca por promover reuniões políticas em sua casa, em Porto Alegre, apoiando Bento Gonçalves e os farrapos. Também defendia a libertação dos escravos e outras causas, sendo assim a mulher gaúcha é conhecida mundialmente por sua beleza e coragem, em assumir papéis de destaques em vários âmbitos da sociedade até mesmo no parlamento brasileiro.

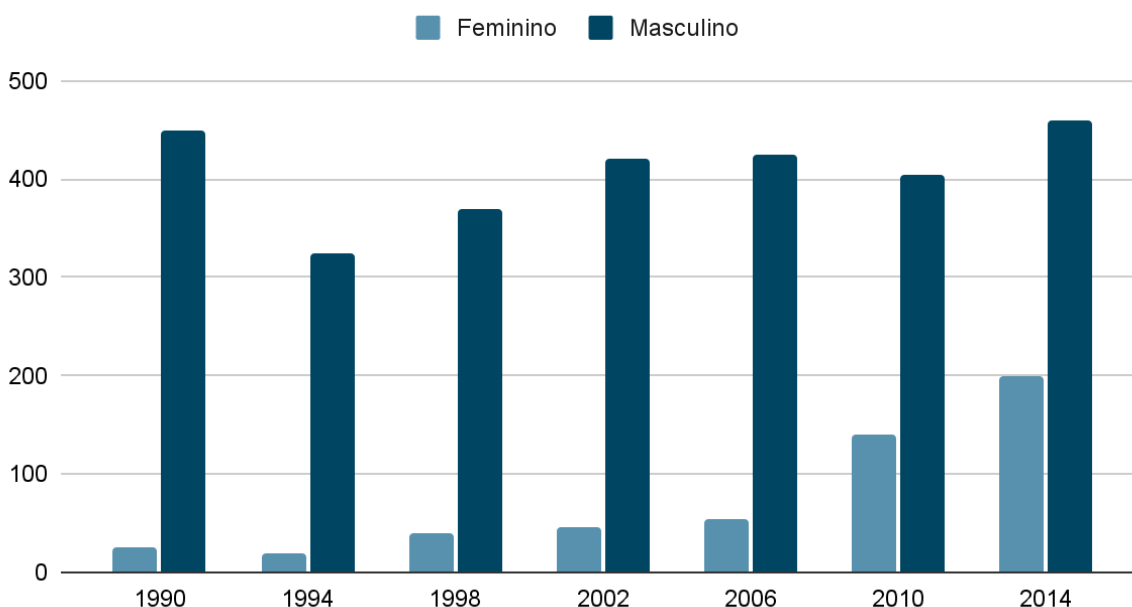
Diante de todo o processo de desenvolvimento político feminino brasileiro, é de grande valia evidenciar o desempenho da mulher gaúcha e a representação feminina nas casas legislativas do estado do Rio Grande do Sul. Dado isso, observa-se uma estrutura representativa, como uma estrutura democrática baseada nos interesses da sociedade e com enfoque na coletividade.

Em outras palavras, é preciso analisar se o funcionamento das instituições e dos mecanismos democrático-representativos têm assegurado que o corpo representante seja, de alguma maneira, retrato da sociedade, e que os governantes eleitos prestem contas à população e exerçam suas funções com responsabilidade e eficiência (KINZO, 2004, p.28).

Contudo, as representações diante do legislativo, limitam-se às bancadas compostas por homens na sua maioria. Na obra *Relações de Fronteira* (COLVERO, JOVINO, SEVERO, 2015), os autores trazem uma análise de dados do Rio Grande do Sul nas páginas 66 e 67, elaborada pelos mesmos, a partir de dados do TSE apresentando os níveis de participação das mulheres nas eleições cita se que: Assembleia legislativa gaúcha teve sua primeira mandata em 1950, contudo, até meados de 1990, pouquíssimas cadeiras se fizeram ocupadas por figuras femininas. No entanto, constantes avanços ocorreram desde meados da década de 1990 como mostra o gráfico abaixo.

**Figura 1** - Número de candidatos eleitos por gênero (1990-2014)

### Candidatos por gênero na Assembleia Legislativa (1990-2014)



Fonte: COLVERO; JOVINO; SEVERO (2015).



A bancada feminina demonstrou crescimento nos últimos anos, entretanto, os homens ainda se fazem mais presentes nestes ambientes.

Com base no Tribunal Superior Eleitoral, o TSE, coletam-se estatísticas acerca da presença de gênero no eleitorado. De acordo com o *website*<sup>5</sup>, no ano de 2018, o número de homens do eleitorado era de 3.960.739, enquanto as mulheres representavam 4.379.834, no estado do Rio Grande do Sul.

Nas eleições seguintes (2020), o número de homens do eleitorado dizia respeito a 4.000.361, já as mulheres representavam 4.422.947 das eleitoras no território gaúcho (TSE, 2020).

Por fim, os últimos dados estatísticos observados foram os equivalentes às eleições que ocorreram no ano de 2022, do qual concorriam aos cargos de presidente, governador, senador, deputado federal e estadual. Desse modo, faziam parte do eleitorado: 4.069.336 homens e 4.524.133 mulheres.

Diante dos dados apresentados pelo Tribunal Superior Eleitoral, é possível concluir que nas três diferentes eleições, o percentual de mulheres dispostas a votar é superior ao de homens. Portanto, apesar de séculos de silenciamento e direitos negados ao feminino, as mulheres conseguem se fazer mais presentes nas urnas, exercendo os direitos enquanto cidadã.

De outro ponto de vista, trazem-se aqui informações acerca das mulheres presentes na casa legislativa gaúcha, portanto, o número, agora, diz respeito às candidaturas femininas e eleitas. No ano de 2018, o estado do Rio Grande do Sul elegeu doze deputadas estaduais e federais, um aumento comparado com o do ano de 2014 (CLEMENTE, 2018)<sup>6</sup>.

A deputada federal mais votada entre as mulheres foi a Any Ortiz, do PPS (Partido Popular Socialista), hoje conhecido como o Cidadania. A candidata anteriormente havia sido eleita como vereadora de Porto Alegre em 2012 (CLEMENTE, 2018).

Conforme Clemente (2018), em entrevista realizada com a segunda mulher mais votada no Rio Grande do Sul, nas eleições de 2018, Silvana Covatti, do Partido Progressista (PP):

---

<sup>5</sup> ESTATÍSTICAS do eleitorado - Por sexo e faixa etária. **Tribunal Superior Eleitoral**. 2014. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>. Acesso em: 29 maio. 2023.

<sup>6</sup> CLEMENTE, Gabriela. RS elege 12 deputadas estaduais e federais em 2018, quatro a mais que na última eleição. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2018/noticia/2018/10/09/rs-elege-12-deputadas-estaduais-e-federais-em-2018-quatro-a-mais-que-na-ultima-eleicao.ghtml>. Acesso em: 29 maio. 2023.

o aumento do número de mulheres em cargos públicos mostra a importância do protagonismo do gênero 'a importância da mulher na vida pública tem um significado enorme. Eu andei todo o estado em campanha e pude ver a mobilização de todas. Temos que fazer parte das decisões do estado e do país'. (CLEMENTE, 2018, s. p.)

Nas eleições do ano de 2010, observou-se um aumento significativo na casa legislativa gaúcha, sendo 14,54% com relação ao período anterior. Em 2018, no primeiro turno foram eleitos 31 candidatos a deputados federais, 2 senadores, destes 19 foram reeleitos, sendo apenas 3 mulheres.

Atualmente, o poder legislativo do Rio Grande do Sul, conta com 55 cadeiras atuais de deputados estaduais eleitos, dentre elas 11 são ocupadas por mulheres, havendo um crescimento significativo diante de suas perspectivas, mesmo assim sabe-se que o índice continua baixo e que os homens ainda são a maioria.

Conforme o TSE (2019)<sup>7</sup>, o número de mulheres eleitas no território nacional cresceu em 52,4% na comparação de 2018 com 2014. Ou seja, 290 candidatas foram escolhidas em outubro de 2018. No entanto, tais números ainda deixam à mostra, que as mulheres estão longe de conseguir se eleger na mesma proporção que os homens.

Após trazer essas exposições estatísticas da política estadual e nacional, é possível, então, traçar discussões sobre os movimentos que consolidam a nova posição da mulher na sociedade atual.

Independente da expansão de movimentos feministas se fazerem presentes na realidade da mulher contemporânea, inúmeras barreiras para além da estrutura política e cultural deverão ser modificadas para que a ascensão do patriarcado seja dificultada, possibilitando assim, a diminuição dos impactos causados por tal, na história da mulher gaúcha.

Chartier e Bourdieu (2006), por terem pensamentos semelhantes, entendem as representações como construções sociais das experiências históricas, em que os indivíduos e os grupos protejam suas visões do mundo. A representação é a tradução mental de uma realidade exterior percebida e liga-se ao processo de abstração.

O imaginário faz parte de um campo de representação e como expressão de pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade. Os pesquisadores elaboraram o conceito a partir de ideias dos sociólogos Marcel

---

<sup>7</sup> NÚMERO de mulheres eleitas em 2018 cresce 52,6% em relação a 2014. **Tribunal Superior Eleitoral**. 2019. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Marco/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014>. Acesso em: 29 maio. 2023.

Mauss e Émile Durkheim, indicando que o conceito de representação vai contribuir para a dinâmica e complexidade do mundo social e de suas práticas culturais.

Na obra intitulada “A beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes”, Chartier (2002) salienta que a palavra representação tem dois sentidos aparentemente contraditórios. Por um lado, representação se faz ausente, distinguindo o que representa e o que é representado. Por outro lado, a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou pessoa. Suas palavras:

Representar é, pois, fazer conhecer as coisas mediante ‘pela pintura de um objeto’, pelas palavras e gestos’, ‘por algumas figuras, por marcas’ – como os enigmas, os emblemas fábulas, as alegorias. Representar no jurídico e político é também manter o lugar de alguém’ ter em mãos sua autoridade’ (CHARTIER, 2002, p.165).

Ao objetivo, que tantas mulheres querem, a luta por um lugar onde a maioria ainda é contemplada por homens, no que diz respeito a representação, sendo visível a desigualdade e a grande disputa pelo poder pois nesse campo político, assim como existem possibilidades há muitas restrições. Nesse debate Judith Butler (2003), vai contribuir com o tema representação a importância da mulher na política, ela vai afirmar as condições de reprodução de poder e opressão existentes nas instituições, onde as mulheres buscam pelo seu espaço, cita a autora:

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das mulheres o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação (BUTLER, 2003, p.19).

## 7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo corresponde por analisar os resultados obtidos por meio da aplicação da entrevista em profundidade. De momento inicial, visava-se trazer diferentes perspectivas sobre a inserção das mulheres na política parlamentar gaúcha. Foram contatadas três candidatas a algum cargo político entre os anos de 2018 e 2022. No entanto, uma (1) das informantes deu retorno aos contatos iniciais.

Diante disto, faz-se aqui a análise com base no contato obtido. A informante é identificada como moradora do município de Capão da Canoa, no estado do Rio Grande do Sul. Antes de ingressar no meio político, foi professora das séries iniciais e finais.

Ao decorrer da entrevista, apresentou perspectivas sobre o entendimento antes e depois de ingressar no meio político. Deste modo, a informante entendia sobre política antes de fazer parte dela:

Política da convivência, política da escola, política que não era partidária. Fui professora e, logo em seguida fui vice diretora de uma escola assim que me formei e fui nomeada para atuar no município e, na verdade a primeira coisa que eu me lembro que pode ser considerada como política foi o plebiscito de Capão da Canoa para ver se a comunidade apoiava a independência pois pertencia a Osório ou seja, a emancipação de Capão da Canoa que foi em 1982 que eu lembro eu era bem jovem e lembro desse movimento em nosso município. Ao chegar em casa, perguntei a minha irmã e ela me explicou o que era.

(INFORMANTE, 2023).

Com base nesse questionamento, é possível notar que a candidata já estava presente em manifestações de cunho político, apesar do desconhecimento sobre as pautas. No percurso escolar, indica que “fez política” na escola por meio da equipe diretiva, sendo diretora e/ou vice-diretora, mas também, com ações culturais voltadas para a comunidade escolar. Considerava tais ações como políticas não partidárias, e sim, políticas de trabalho, com ênfase em promover a inclusão de pessoas.

Posterior a isso, a candidata relata que:

Fui candidata 5 vezes e, pela minha atuação de diretora e, uma vez o prefeito foi em uma reunião de pais e eu era diretora e ele ouviu o meu discurso, minha fala e o meu comprometimento e esse prefeito tinha sido o primeiro prefeito de Capão da Canoa mas ele já estava mas ele já estava na sua segunda gestão [...] E então, após ouvir o meu discurso, ele insistiu para eu me candidatar e, na época, eram poucas mulheres. Mas ele percebeu que havia conteúdo e fundamento na minha fala e não foi para acrescentar apenas o nome de uma mulher, até porque naquela época não havia tanta exigência em ter um número de mulheres para atender às vagas.

Diante disso, a entrevistada transmite em sua fala sobre o processo de introdução ao meio político, notando também, a necessidade de mais mulheres para ocuparem cargos como a prefeitura, vereança, entre outros. Após cinco candidaturas, o envolvimento com a Secretaria da Educação e o comprometimento com a comunidade local, conseguiu se eleger como vereadora de Capão da Canoa.

Dentre as motivações que foram indagadas na entrevista, indica que o estímulo político, o trabalho com a educação e a idealização de políticas mais transparentes com o coletivo traziam empolgação para a candidata.

Sobre a perspectiva da participação da mulher na política atualmente, a candidata observa que “estamos tendo mais abertura para debates de fortalecimento”. Além disso, ressalta a importância de as mulheres se fazerem presentes nas atividades, independente do partido político que estejam ligadas.

Além disso, a entrevistada relata que sempre teve uma visão positiva sobre a presença feminina na política, visto que “as mulheres são mais dinâmicas, tem um outro olhar”. No entanto, apesar do olhar otimista, não pôde negar que havia pouco espaço para a mulher na política. Por isso, trabalha, oportunizando que cada vez mais mulheres possam participar destes lugares.

Uma das representações femininas relatadas pela entrevistada, é a de Dilma Rousseff, ex-presidente do Brasil, primeira e única mulher que representou a presidência da república. Esta, relata que Dilma obteve ônus e bônus enquanto política, principalmente pelo fato de ser uma mulher no poder

Diante de um cenário de dificuldades, relata que o principal que ocorreu ao ingressar na política, foi a falta de mulheres presentes nesses espaços, além do machismo inserido na sociedade. No entanto, a comunidade escolar deu mais motivação para a continuidade no ambiente, tal qual, a busca constante pelo conhecimento.

No cenário de mulheres parlamentares fronteiriças, a entrevistada em suas viagens para cidades mais antigas relata principalmente da região de São Borja, Itaqui e Bagé por serem aguerridas, conseguiram se evidenciar a nível nacional, mostrando então, a sua força e luta feminista.

A partir das respostas apresentadas pela entrevistada, é possível perceber noções políticas em momentos anteriores à inserção na carreira partidária, isto é, tendo em vista que política para Dias (2012), pode ser vista como o conjunto de interações que visam atingir um determinado objetivo.

Nas falas da candidata, esse objetivo pode ser percebido na interação com a comunidade escolar, seja por meio da direção, vice-direção ou organização de projetos que integrem os moradores e estudantes da cidade de Capão da Canoa. Além disso, o envolvimento com a educação e outros membros pertencentes à política municipal evidenciam a sua inserção na esfera.

A entrevista evidencia, também, a visão da deputada sobre a falta de oportunidades para as mulheres no âmbito político partidário, visto que estas, mesmo sendo maioria como eleitorado, continuam sendo pouco representativas em meio a um espaço predominantemente masculino.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões tratadas nesta pesquisa, entende-se a necessidade de discutir sobre a inserção das mulheres na política parlamentar, tal qual, refletir sobre o feminino enquanto um ser político e histórico.

De modo a cumprir com o objetivo geral estabelecido no início deste trabalho, que é dissertar sobre a representação da mulher no âmbito político gaúcho, o estudo passou por um processo de embasamento teórico sobre diferentes conceitos, partindo de uma contextualização histórica sobre os direitos das mulheres no Brasil, como o direito estudo, ao divórcio e ao voto.

Tais compreensões foram necessárias para assim, compreender o existente cenário de desigualdades no país, principalmente com relação à diferença de homens e mulheres. Portanto, se em um momento da história brasileira, a mulher foi símbolo de dependência econômica, política e emocionalmente do marido, surgiram diferentes movimentos sociais feministas e sufragistas que lutaram a favor da liberdade.

Além disso, o trabalho abordou discussões como mulheres que se destacaram dentro da luta feminista para a obtenção de poder e o direito à vida em sociedade, como Carlota Pereira de Queiroz, uma das primeiras políticas brasileiras. Outra inspiração da luta feminina foi Bertha Maria Júlia Lutz, uma das maiores líderes do feminismo brasileiro, que lutou para que as mulheres tivessem o direito de votar e ser votadas.

Por fim, o último capítulo teórico buscou retratar sobre as estatísticas e as participações femininas na política, trazendo assim, as discussões para um âmbito mais contemporâneo. Ainda assim, o capítulo conseguiu retratar que as “vagas” para as mulheres nos cargos políticos são inferiores às dos homens, visto que majoritariamente os políticos são do gênero masculino, mesmo que o eleitorado possua maior público feminino.

No mesmo capítulo, foram apresentadas concepções de representatividade e política. Isto é, foi lançado um olhar mais atento para estes conceitos, fazendo-se a compreensão de que política existe para além da partidária, e que não é possível que o indivíduo se distancie da mesma, pois ela está presente em todos os atos e comportamentos enquanto cidadão e humano.

Após isso, houve a aplicação metodológica, para assim, compreender diferentes óticas sobre a inserção das mulheres na política parlamentar. Foi a partir de uma vereadora de Capão da Canoa/RS, que foi possível obter essa percepção.

Por meio da entrevista em profundidade, foi possível notar que a vereadora consegue facilmente relacionar práticas educativas, relacionamento com a comunidade local, direitos de voz das mulheres e política em suas articulações.

Portanto, a vereadora que na atualidade é suplente de Deputada Federal, mostra possuir noção sobre o cenário de desigualdades de gênero que está presente na política, assim, como defende que as mulheres tenham mais oportunidades.

Para além, este estudo é fundamental para a realização de futuras pesquisas e discussões que levam em consideração as áreas de gênero, participação política, direitos femininos no Brasil e o feminismo.



## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Clara. “As Cotas por Sexo para Competição Legislativa: O Caso Brasileiro em comparação com Experiências Internacionais.” **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, v. 44, n. 1, p. 155–194, 2001.
- ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 2, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/yhcSjwCc8kB556HHVbHyVMQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 maio. 2023.
- BERNARDES, Thais. As conquistas das mulheres ao longo da história. **Futura**. 2021. Disponível em: <https://www.futura.org.br/?p=508182>. Acesso em: 28 maio. 2023.
- BRADY, H.E. “Political participation”. In: Robinso, J. P. (eds), *Measures of political attitudes*. San Diego, CA: Academic Press, 1999, p. 737-801.
- BIANCHINI, Bombeiro. Cartilha da Mulher. Assembleia Legislativa - Estado do Rio Grande do Sul, p. 37-39. 2022.
- BOURDIEU, Pierre. (1981), “La Représentation Politique: Éléments pour une Theorie du Champ Sociales, vol. 36 – 37, pp. 3 – 24.
- BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun-2010.
- BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 17, n. 49, p. 87-98, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/ryqNRHj843kKKHjLkgrms9k/?format=html>. Acesso em: 24 maio. 2023.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica: para uso dos Estudantes Universitários**. São Paulo: Editora McGraw, 1973. 158p.
- COELHO, Leila Machado. BAPTISTA, Marisa. A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. **Psicologia Política**. v. 9. n. 17. p. 85-99. jan./jun. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v9n17/v9n17a06.pdf>. Acesso em: 24 maio. 2023.
- COLVERO, Ronaldo Bernardino; JOVINO, Danilo Pedro; SEVERO, Marconi. **Relações de Fronteira: história, política e cultura na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Uruguai**. São Borja, RS. Faith, 2015. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1w1FM5C31GsVeewasS7GJ3e2\\_zxi41h4u/view?fbclid=IwAR2ffgo5KDHC5nmMgWfGug\\_HNfkT-6qdLrgRoLxefnHRpghFpi3V\\_PPY7o](https://drive.google.com/file/d/1w1FM5C31GsVeewasS7GJ3e2_zxi41h4u/view?fbclid=IwAR2ffgo5KDHC5nmMgWfGug_HNfkT-6qdLrgRoLxefnHRpghFpi3V_PPY7o). Acesso em: 23 maio. 2023.
- COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria (orgs.). **O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**, Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, p. 23-31, 2008. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/feminismovinteanos.pdf>. Acesso em: 24 maio. 2023.
- DIAS, Reinaldo. MATOS, Fernanda. **Política Pública: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.
- DÍCIO, Dicionário Online de Português; Representação. <https://www.dicio.com.br/representação>. Acesso em: 09 Agosto. 2023.
- FAGUNDES, Marluce Dias. “O defensor das causas das mulheres”: os projetos de Lei do Divórcio, de Nelson Carneiro (1951-1977). **Antíteses**, Londrina, v. 14, n. 28, p. 543-574, jul./dez. 2021. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/42876>. Acesso em: 29 maio. 2023.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. São Paulo: Editora Globo, 1975.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience**, Boston, Northeastern University Press, 1986.

GOODE, William J.; HATT, Paul K. **Métodos de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**, 5 – São Paulo, 1972.

LAKATOS, Eva Maria. **O trabalho temporário: nova forma de relações sociais no trabalho**. São Paulo: Escola de Sociologia e Política de São Paulo, v. 2, 1979.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia Geral**. 5 ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 1987.

\_\_\_\_\_. **Sociologia geral**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1981.

\_\_\_\_\_; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

LEIRAS, Marcelo. **Todos los caballos del Rey – la integración de los partidos políticos y el gobierno democrático de la Argentina, 1995-2003**. Buenos Aires; Prometeo libros, 2007.

LIMONGI, Fernando; OLIVEIRA, Juliana de Souza; SCHMITT, Stefanie Tomé. Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, São Paulo, v. 27, n. 70, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/FYkrhym6TpRzRf78q7F7Mmq/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 29 maio. 2023.

MEYER, Dagmar Estermann. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Brasileira Enfermagem**, Brasília/DF, v. 13, n. 8, 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reben/a/cWRpwvC5yCqdzrDkH66gbvp/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 24 maio. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças Regionais e o Êxito Relativo de mulheres em Eleições Municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 363–385, maio./ago., 2006. Disponível em:

<http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v14n02/v14n02a03.pdf>. Acesso em: 24 maio. 2023.

MIGUEL, Luiz Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro/RJ, v. 58, n. 3, 2015.

MILBRATH, Lester, W. **Political Participation**. Chicago: Rand McNally, 1965.

MIRANDA, Maria da Graça Gonçalves Paz. **O Estatuto da Mulher Casada de 1962**. 2013.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/90299#:~:text=ocorrido%20nesse%20período.-,No%20ano%20de%201962%20foi%20aprovado%20o%20Estatuto%20da%20Mulher,solicitar%20a%20guarda%20dos%20filhos>. Acesso em: 29 maio. 2023.

MOREIRA, Ricardo. Sistema eleitoral brasileiro: evolução histórica: a Lei Saraiva. **Jus Navigandi**, v. 6, 2005. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/3468>.

NOVAES MARQUES, Teresa Cristina de. A mulher casada no código civil de 1916. Ou, mais do mesmo. **Textos de História**, v. 12, n. ½, p. 127-144, 2004. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27866/23955>. Acesso em: 28 maio. 2023.

ORIÁ, Ricardo. Uma voz feminina no parlamento: Carlota Pereira de Queirós. **Câmara dos Deputados**. 2021. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/carlota-queiros.html>. Acesso em: 30 maio. 2023.

RISCAL, Sandra Aparecida; GANDINI, Raquel Pereira Chainho. **Notas sobre o conceito de participação política e sua articulação com a concepção de gestão democrática**. Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v. 4, no. 2, p. 50-69, 2010. Disponível em <<http://www.reveduc.ufscar.br>>.

SALMON, Wesley C. **Lógica**. 4, ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SCHWETHER, Natália Diniz. PAGLIARI, Graciela de Conti. Políticas de gênero para a Defesa: os casos de Argentina e Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 65, p. 1-14. 2018. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v26n65/0104-4478-rsocp-26-65-0001.pdf>. Acesso em: 24 maio. 2023.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. New York, Columbia University Press. 1989. Tradução: Christine Rufino, Maria Betânia.

## APÊNDICE A

### QUESTIONÁRIO VEREADORA LAVINA NA POLÍTICA:

**1) Nome completo:** Lavina Dias de Souza

**2) Idade:** 53 anos

**3) Profissão antes e atual:**

Professora do Município de Capão da Canoa aposentada séries iniciais e professora atuam nas séries finais (3º ano) possivelmente se aposentando neste ano.

**4) O que você entendia sobre política antes de fazer parte dela?**

Política da convivência, política da escola, política que não era partidária. Fui professora e, logo em seguida fui vice diretora de uma escola assim que me formei e fui nomeada para atuar no município e, na verdade a primeira coisa que eu me lembro que pode ser considerada como política foi o plebiscito de Capão da Canoa para ver se a comunidade apoiava a independência pois pertencia a Osório ou seja, a emancipação de Capão da Canoa que foi em 1982 que eu lembro eu era bem jovem e lembro desse movimento em nosso município. Ao chegar em casa, perguntei a minha irmã e ela me explicou o que era.

**5) Você já fazia parte do âmbito político antes de fazer parte dela?**

Não. Apenas política da escola onde eu fui diretora, vice-diretora, professora e trabalhava com a comunidade. Fizemos a primeira mostra cultural de uma escola, ou seja, política não partidária mas é considerado política de trabalho, política de incluir pessoas, inclui a comunidade escolar e a política partidária veio depois.

**6) Para você, o que mudou após fazer parte da política?**

Fui candidata 5 vezes e, pela minha atuação de diretora e, uma vez o prefeito foi em uma reunião de pais e eu era diretora e ele ouviu o meu discurso, minha fala e o meu comprometimento e esse prefeito tinha sido o primeiro prefeito de Capão da Canoa mas ele já estava mas ele já estava na sua segunda gestão, esse prefeito é o Sr. Egon Birlem. E então, após ouvir o meu discurso, ele insistiu para eu me candidatar e, na época eram poucas mulheres. Mas ele percebeu que havia conteúdo e fundamento na minha fala e não foi para

acrescentar apenas o nome de uma mulher, até porque naquela época não havia tanta exigência em ter um número de mulheres para atender as vagas. Primeiramente eu não aceitei e logo após eu me candidatei, totalizando 116 votos depois, eu dobrei o número de votos. Em minha terceira candidatura, estava tudo certo para eu me eleger mas houve um problema no meu partido que na época era o PTB não havia feito a declaração da verba utilizada para campanha mas, por eu ser professora, utiliza-se o método franciscano onde não há ajuda para campanha. Mas foi apenas a formalização de documentos que ficou pendente para a minha candidatura na época e, por esse motivo, onde eu já estava bem preparada e bem inclinada a me eleger, ocorreu esse problema e, por isso, a Justiça Eleitoral me deu como inapta. Depois passei para o PDT onde fiquei suplente e fui convidada a ser Secretária da Educação, trabalhei bastante, me comprometi muito com a comunidade e, terminando o mandato do prefeito Valdomiro, me candidatei e me elegi como Vereadora em meu primeiro mandato pelo PDT.

**7) Como você ingressou na política?**

**8) Através de quem? Porquê?**

**9) O que mais te motivou a ingressar na política?**

Foi o estímulo político e como eu já havia ido várias vezes e já estava quase desistindo, meu marido que é da mesma sigla que estou agora me insistiu muito juntamente com um deputado amigo nosso foi onde eu retornei e me candidatei novamente e fiquei de suplente na primeira campanha e como ví que o meu trabalho na educação estava muito bom e como eu havia ficado de suplente, resolvi então me candidatar novamente, fiquei mais empolgada e percebi que eu poderia fazer uma política mais transparente com o coletivo e obtive êxito nesse mandato e como trabalho como professora consegui conciliar ambos que precisa de todo o olhar, toda atenção de inclusão também mas eu consigo sim fazer um trabalho bem feito para o coletivo para a comunidade tendo em vista que o nosso gabinete é bem movimentado e dessa forma que a gente vê que a política tem que ser voltada ao coletivo.

**10) Como você vê a mulher na política hoje?**

Estamos tendo mais abertura para debates para fortalecimento, do meu partido nós temos a Ação da Mulher Trabalhista – AMT – que não foi muito fácil mas eu enho uma colega, companheira de partido de amiga que abraçou essa causa. Nós fizemos reuniões com mulheres, trocas de experiências e eu como Vereadora fiz o encontro das mulheres trabalhistas

no litoral norte onde teve a participação de Prefeitas, Vereadoras, suplentes de Vereadoras e então esse debate que não posso ser demagoga e dizer “não é do meu partido não tem que vir”. Não! Todas as mulheres e quanto mais mulheres participarem, mesmo que de outros partidos, vem a acrescentar e eu acho que a mulher já está buscando o seu espaço sem substituir ninguém mas a mulher quer o respeito e esses debates são bem importantes quando tem lives, com pessoas de vários municípios ou mesmo de outros Estados. Eu acho e todos nós aqui de Capão da Canoa que já teve outras mulheres estamos buscando esse espaço. Eu como presidente da Câmara no ano de 2019, somente 20 anos depois de uma mulher que foi em 1999, então assim vocês imaginam quanto ainda temos que buscar o nosso espaço e ser respeitadas.

### **11) Como era o seu olhar sobre “a mulher na política” antes de fazer parte da política?**

Sempre apostei nas mulheres, sempre achei e acho que as mulheres são mais dinâmicas, tem um outro olhar e eu como presidente dessa casa Legislativa Caponense no ano de 2019 trouxe minha experiência como professora e nem todo mundo aceitou. Investi bastante na biblioteca pública, em acessibilidade, em abrir a casa Legislativa para o povo realmente. Mesmo sempre apoiando a mulher na política, eu percebia pouco espaço. Eu como estou, busco um pouco mais de conhecimento, oportunizando cada vez mais mulheres porque sabemos da batalha da mulher na sociedade, não somente na política já vem de muito tempo, são tantas mulheres que trabalharam e batalharam para ser respeitadas pelo próprio espaço e direito do voto. Está abrindo espaço para as próprias mulheres que assim buscaram.

### **12) Você se identifica com alguma mulher na política?**

Na verdade, a gente vai conhecendo a atuação das mulheres e vai adquirindo um pouquinho de cada, mas eu tenho que me identificar com a minha própria essência, minha educação, meu comprometimento, na verdade eu me identifico muito com a família, com o meu pai que teve 11 filhos e ele sempre deixou claro que a herança que ele iria deixar era a educação. Então, a essência é a família, o comportamento que tu vai levar e tem com as pessoas, o respeito, a acolhida, a forma de tratar mas as mulheres que deram destaque nacional ou internacionalmente também são merecedoras tendo em vista as suas diversas lutas sendo uma delas as mulheres negras que lutam pelo seu espaço que é ainda mais árduo. Um pouquinho da essência de cada uma resume a minha identificação e que me completa e faz com que eu aprenda a cada dia.

**13) Qual? Porquê?****14) Como se sente sendo representada por uma mulher na política de seus pais? (presidente)?**

Na verdade, as mulheres quando tem destaque não é fácil tendo em vista a sociedade machista em que vivemos e assim, sei que a ex Presidente Dilma, que foi a única representante mulher do nosso País também sofreu seus ônus e teve seus bônus e não é fácil tem um cargo eletivo que depende de todo um contexto tendo em vista que a presidente depende do congresso, do senado e nem sempre é da sua própria vontade mas acho que temos que chegar com mais mulheres na presidência.

**15) Como se sente sendo representante das mulheres na política de Capão da Canoa?**

Como já referi anteriormente. Já teve outras vereadoras nesse pleito que são 11 vereadores sendo 11 vagas onde 2 são mulheres e eu como a primeira mulher do PDT e a Vereadora Juliana que é do MDB jovem e acho que é a primeira campanha dela onde ela logrou êxito. A mulher não deve deixar de buscar seu espaço independente dos “nãos” que a gente encontra. Eu no início cheguei aqui e me orientavam que eu não podia fazer nada e, aos poucos, fui fazendo encontros, eventos, nada contra a lei e sim, fazendo sempre o que podia. Podíamos fazer esses encontros com as mulheres para fortalecimento então, talvez as outras vereadoras que foram eleitas foram de alguma forma “abafadas” em uma outra época que era mais difícil e hoje em dia nós temos a tecnologia, as informações em tempo real e simultâneo onde todo mundo sabe dos nossos atos e do nosso trabalho. Dessa forma, amos buscando o fortalecimento das mulheres.

**16) Quais as dificuldades que teve que enfrentar para ingressar na política?**

Como já referi anteriormente, foi essa batalha onde enfrentei várias tentativas onde a mulher não tinha muito espaço e a sociedade era machista mas como eu tinha trabalho nas comunidades escolares que foi o que me respaldou e me deu mais motivação e depois eu fui ampliando o meu conhecimento a nível de Capão da Canoa, não só dos bairros, nas vilas, nos condomínios, no comércio e isso fez com que ampliasse o meu nome e as pessoas foram valorizando os trabalhos feitos para a comunidade.

**17) Sua participação partidária é única? Porquê?**

Eu ingressei no PTB pela valorização que na época o prefeito teve. Não sou de trocar de partido mas como eu estava tanto quando desgostosa com o partido e até mesmo porque houve esse problema na minha campanha onde eu acreditei que eu iria me eleger, eu acabei trocando de partido e fui para o PDT. O partido tem disso, onde as vezes valorizam como também desvalorizam ou não dão importância para o teu trabalho e dedicação. Agora estou no PDT onde eu me identifico, onde é a bandeira da educação e esse será o meu partido até eu me eleger para outras estâncias.

**18) Sobre as cotas, como lidar com essa situação?**

Em reunião, eu sempre digo que nós temos aqui 11 vagas sendo 9 homens e 2 mulheres que a gente pode reverter isso. Quem sabe um dia a gente possa reverter isso e quem sabe um dia serem 9 mulheres e 2 homens. Mas a cota é importante porque é uma caminhada, uma trajetória de valorização da mulher mas a mulher não pode simplesmente dar o seu nome para ser a “laranja do partido” e possa assim ter mais homens. Não! A mulher tem que assumir a cota que é de 30%, mas na verdade a gente sempre debate pois é 30% de um gênero, não significa que seja 30% de mulheres. Como as mulheres são mais corajosas, mais políticas e são engajadas, mas infelizmente muitas vezes não querem tomar partido, não querem se candidatar e não querem passar por um pleito e assim, tem o direito de se omitir também mas a cota poderia sim ser 70% mulheres e 30% homens mas em função das mulheres serem a minoria na política, essa cota é importante mas vai chegar um dia que as mulheres serão a maioria tanto como candidatas quanto eleitas para administrarem e terem os seus mandatos valorizados e trabalhando pelo Município, pelo Estado ou pelo País.

**19) Realmente são usadas? Existem? Como funciona?**

**20) De que forma é feita essa distribuição?**

**21) Você fazia parte de alguma militância antes de ingressar na política?**

Não

**22) De onde vem seu recurso econômico (capital familiar) para ingressar na política?**

Campanha Franciscana. A gente não tem recurso. Na última eleição tivemos um pouco mais de material do que das outras mas geralmente é muito pouco. Vem dos amigos ou família, mas



é simbólico simplesmente para a gente aplicar na campanha seja pra despesa de gasolina, material visual mas é muito pouco o nosso recurso.

**23) Filiações partidárias? Quantas?**

Duas. PTB e PDT.

**24) Teve participação de outras formas?**

Não.

**25) O que você acha dos quadros políticos?**

Às vezes a gente vê cada coisa que até Deus duvida mas está escrito na bíblia que Deus permite todas as possibilidades então a pessoa tem o livre arbítrio para escolher. Acho que se a Justiça Eleitoral for rígida e rigorosa realmente tem que melhorar. Acho que mudou a questão do uso dos recursos.

**26) Quantas eleições você já teve participação? Quais?**

5. Todas como vereadora e essa é a 5ª.

**27) Você votou em mulheres nas últimas eleições? Sim.**

**28) Como você vê as mulheres Fronterístas na política?**

Acho que da mesma forma, pelo histórico das cidades mais antigas, como lideranças. Recentemente visitei São Borja e Itaqui, sei que Bagé e demais cidades têm histórico de políticos principalmente que foram evidenciados a nível nacional e que então são bem aguerridos e a gente sentiu essa força, esse potencial nato e nosso litoral por ser mais recente, a caminhada é mais recente mas o histórico das mulheres fronteristas não é diferente de buscar a batalha e seu espaço e acho que poderiam ter mais mulheres engajadas mas eu vejo a fibra, a vontade e a luta da mulher fronterista, da mulher gaúcha a qual busca o seu espaço.

**29) Você acha que as mulheres Fronterístas tem mais dificuldades para ingressar na política?**

Eu acredito que seja de um todo, mas tem cidades que eu vejo, por exemplo em Bento Gonçalves não tem nenhuma mulher vereadora neste mandato, mas aqui nós temos uma jovem que se formou em jornalismo e que fez uma pesquisa no litoral onde constatou que tem

muitas mulheres no litoral. Acontece que não nos encontramos, acaba que trabalhamos bastante mas não divulgamos e assim não nos fortalecemos com outras mulheres no litoral. Então, na verdade é uma questão cultural, do município, da questão do machismo, de como foi colonizado esse município, essa região, e acredito que talvez pelo símbolo do gaúcho, pelo símbolo desses homens que se destacaram na política, pode ser que isso venha a atrapalhar ou que a cultura do machismo possa atrapalhar. Se a gente não se policiar enquanto mãe, encanto educadora, acaba cultivando e cultuando isso. Assim sendo, por esses motivos, talvez a mulher fronteira tenha que trabalhar mais para essas questões mas não podemos deixar de levar em consideração também as trocas de cultura, quando um município recebe outras pessoas de outros municípios como é o caso de Capão da Canoa que recebe a visita de muitas pessoas e que também vem morar e se formam multideias que levam as pessoas ao longo do tempo se abrirem para as questões mais modernas. Acho que isso também deve acontecer na fronteira que eu também atrelo não só nessa vinda e ida de pessoas como também na questão da internet e redes sociais que acho que a nossa tendência é melhorar cada vez mais e não podemos deixar de usar esse espaço e buscar também o nosso espaço para ser valorizado.

**30) Você acha que o trabalho proposto por elas está funcionando?**

Vejo a união, o fortalecimento entre elas, o trabalho de busca e isso quer dizer do PDT que é o meu partido e é onde eu vejo as mulheres dessa região. Então acho bem interessante, bem importante e bem forte das mulheres que buscam, das mulheres pré candidatas e que tem disponibilização de trabalhar para o bem coletivo de seus municípios.

**31) Você acompanha as mulheres Fronterístas em seus trabalhos na política, em seu País vizinho Argentina, município de Santo Tomé?**

Especificamente em Itaqui e São Borja que tem essa fronteira que é importante estarem trabalhando e vislumbrando. Já fiz uma live com várias vereadoras de vários municípios e todas colocando seus ônus e seus bônus. Como tem essa possibilidade de estarem lá próximas, acho que era interessante e se não fazem, que façam essa troca de experiências, até porque daqui a pouco surge uma problemática de serem País vizinhos, fronteristas, os municípios também e assim, estando juntos e buscando uma solução para os problemas, é bem importante.

**32) Qual é o relacionamento entre ambas mulheres Fronterístas, nas cidades gêmeas São Borja/Santo Tomé?**

**33) O que as aproxima? Porquê?**

**34) O que as distanciam? Porquê?**

**35) Na sua opinião as mesmas dificuldades que as mulheres argentina tiveram para ingressar na política, as brasileiras também encontraram? Porquê?**

**36) Quais as consequências que as mulheres carregam na sua carreira política por fazer parte das fronteiras?**

**37) Como lidar com essa situação?**

**38) A mulher Fronterista ao ingressar na política recebe mais críticas que as demais mulheres de outras regiões do País?**

**39) O que você pensa sobre as próximas eleições?**

Nós estamos passando por um momento bastante crítico, um período diferenciado que é a pandemia onde nós realmente temos que mostrar o nosso trabalho, nossa seriedade, nosso compromisso com o coletivo, onde quem trabalhou durante esses 3 anos pode estar com a cabeça erguida e seguir trabalhando para as eleições. Quem não trabalhou vai ser difícil mostrar agora, estar perto e próximo da população e das comunidades e então é um ano que é diferenciado, é um ano que as pessoas vão ver conforme envolvimento nesse período que está sendo tão difícil, a seriedade do trabalho e que talvez vão dar esse voto de confiança. É difícil porque ainda estamos inseguros devido as datas de eleição e se falou muito que seria em dezembro mas agora parece que não vai ser mais não tem nada específico ainda. Eu sou professora e por isso devo me afastar no período legal que será no dia 04 de julho e então a gente fica nessa insegurança. Se for para dezembro, quando a gente pede o afastamento da licença eleitoral?! Também há uma movimentação e foi bem forte que teve a Marcha em Brasília dessas eleições serem unificadas e esse mandato de prefeito e vereadores se estenderem por mais dois anos, foi uma corrente muito forte mas acho que isso não vai acontecer, então fica essa insegurança com a comunidade, com o povo, as pessoas ficam desinformada da biometria, quanto a atualização do seu título e transferência. Tem pessoas que moram há 10, 20, 30 anos no município e não se dão conta e não querem participar dessa

vida política e até mesmo por estarem decepcionados por falta de informação. Mas nós, como agentes políticos temos a obrigação de repassar para as pessoas que é importante que eles participem da política do seu Município, Estado e País. Tomara que dê tudo certo, mas é um período de insegurança. Precisamos sim ter é segurança em nosso trabalho, dar continuidade ao nosso trabalho sempre primando pelos nossos representantes legais votados pela comunidade e do povo do nosso município. Eu vou para a reeleição e assim, terei desde já uma avaliação do meu trabalho e assim constatar o que a gente pode melhorar e o que a gente fez de bem.